

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Nos últimos tempos tem-se vindo a assistir à publicação de diversos artigos na comunicação social dando conta da existência de projetos urbanísticos nas proximidades da Ponte da Arrábida (do lado do Porto) em terrenos registados com o recurso à figura de usucapião.

Pelo que se conhece publicamente, esses terrenos foram ou são, também, reivindicados pela Câmara Municipal do Porto, que, não tendo procedido ao seu registo notarial (ou, pelo menos, não tendo zelado convenientemente pela sua posse física e patrimonialmente), se vê, assim, envolvido em complexos processos de reclamação da respetiva propriedade.

Acontece que, pela proximidade destes terrenos à ponte da Arrábida, se afigura como muito provável que, aquando da sua construção, bem como dos respetivos acessos, se tenha procedido à expropriação dos mesmos – quanto mais não seja, porque tiveram de ser ocupados para possibilitar a correspondente construção.

Deste modo, e porque não é admissível que subsistam dúvidas sobre a transparência destes processos e, muito menos, que, por omissão, se permita a apropriação privada de terrenos adquiridos por entidades públicas.

Assim, ao abrigo da alínea d) do artigo 156º da Constituição e nos termos e para os efeitos do 229º do Regimento da Assembleia da República, pergunto ao **Ministério do Planeamento e das Infraestruturas** o seguinte:

1.ºExistem nos arquivos das entidades antecessoras da atual Infraestruturas de Portugal, cópias das plantas cadastrais dos terrenos expropriados com vista à construção da Ponte da Arrábida e seus acessos (em ambas as margens do Rio Douro)?

2.ºNo caso afirmativo, procedeu o Estado ao registo notarial dessas propriedades?

3.ºSolicitamos, ainda, que nos possam ser facultadas cópias dessas plantas cadastrais, bem

como de eventuais contratos de cedência desses terrenos que tenham sido estabelecidos, posteriormente, com os Municípios do Porto e de Vila Nova de Gaia.

Palácio de São Bento, 26 de abril de 2018

Deputado(a)s

JORGE MACHADO(PCP)

ÂNGELA MOREIRA(PCP)

DIANA FERREIRA(PCP)